

EVOLUINDO COM A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CONCEITO - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL AMBIENTAL - A PARTIR DAS REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL COM VISTAS A AMPLIAÇÃO DO CAMPO TEÓRICO METODOLÓGICO DESSE CONTEXTO.

Jeusadete Vieira Barros¹

Manuel Diaz Molina²

Maria de Fátima Vilhena da Silva³

Resumo: O artigo a ser apresentado faz parte da construção de uma nova reflexão acerca do campo epistemológico da Educação Patrimonial e Educação Ambiental. Trata-se de uma análise que propõe articulação entre ambos *originando a Educação Patrimonial Ambiental (EPA)* com vistas à ampliação do campo de estudo teórico metodológico. Essa nova nomenclatura passa a ser utilizada pelo grupo de Estudos e pesquisas em educação patrimonial ambiental – GEPAM- do Curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do antigo NPADC- Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico, atual Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará. Para uma melhor compreensão de como se deu a criação da Educação Patrimonial Ambiental tracei um caminho que percorreu correntes educacionais, com suas respectivas abordagens filosóficas, explorando as condições da Educação Ambiental como tendência emergente no ensino de ciências, e também sobre os fundamentos da Educação Patrimonial. Essas duas concepções de educação cooperaram, em seus aspectos filosóficos e políticos, para a criação da nova concepção – a EPA – que trata o ambiente enquanto patrimônio, mas busca ultrapassar a representação de pertencimento para chegar à representação que considera o ambiente em sua complexidade. A Educação Patrimonial Ambiental tem, como objetivo ser parte integrante na formação de sujeito ecológico, na formação de uma consciência crítica e emancipatória ambiental. Sob esta ótica a responsabilidade para com a equidade ambiental é fundamental nas reflexões acerca do ambiente.

Palavras chave: Educação Patrimonial Ambiental; Memória; Patrimônio

INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial é fruto da necessidade de preservação dos bens culturais. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é um órgão que se ocupa do processo de resgate do Patrimônio Cultural. O meio pelo qual exerce esta prática é o processo educacional. Para efetiva ação o IPHAN elaborou o Guia Básico de Educação Patrimonial, o qual propõe ações que auxiliem e contribuam para o (re) conhecimento do que vem a ser Patrimônio Cultural.

A Educação Patrimonial, por muito tempo, foi campo de estudos de cidades ricas em prédios antigos, museus históricos, sítios arqueológicos e manifestações culturais. Com o passar do tempo ganhou maior importância em ¹processos educacionais escolares, levando professores e alunos a pensarem em outros centros de interesse que sejam considerados patrimoniais, contribuindo quase sempre para o entendimento de preservação.

O termo **Patrimônio** esteve, inicialmente, atrelado ao significado de herança, ou seja, algo que se deixa de pai para filho ou de geração presente para as futuras gerações. O significado deste termo foi ampliado para herança social na França pós-Revolucionária, situação em que o Estado decide tutelar e proteger as antiguidades nacionais às quais era atribuído significado para a história da nação. Desta feita o conjunto de bens entendidos como herança do povo de uma nação passam a ser designados como Patrimônio Histórico.

O termo Patrimônio Cultural ganha abrangência e uma visão holística nos anos 80, valorizando a cultura regional. Acervos arquitetônicos, documental, etnográficos,

¹ Docente na Faculdade de Ciências Empresariais da Universidad de la Empresa(Uruguay). Membro da Unidade de Investigación da UDE. - Integrante do Sistema Nacional de Investigadores da Agencia Nacional de Inovação e Investigación ANII - mdiaz@ude.edu.uy

³ Docente o Programa de Pós Graduação do Instituto de Educação Matemática e Científica da UFPA. Coordenadora do Grupo GEPAM - Grupo de Estudos em Pesquisa em Educação Patrimonial Ambiental pela UFPA – fvilhena23@gmail.com

geográficos, recebem tombamentos com o fim de preservação histórico-cultural para manter a identidade de um povo, de uma comunidade, de uma nação. O IPHAN buscou estabelecer princípios que asseguram a “proteção do patrimônio cultural, estendendo sua ação à proteção dos acidentes geográficos notáveis e das paisagens agenciadas pelo homem” (IPHAN, 1999). Para aprofundar as questões de proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural surge a Educação Patrimonial, em 1983, com o 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial de Petrópolis, RJ.

A Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; e MONTEIRO, 1999, p. 06). Além disso, a Educação Patrimonial incentiva cada vez mais as pessoas a serem responsáveis pela valorização e preservação do Patrimônio.

As escolas podem aproveitar o potencial do currículo escolar para despertar nos estudantes a curiosidade de compreender e avaliar os problemas e desafios enfrentados desde tempos remotos até os dias atuais, sem deixar de pensar no futuro. Neste sentido é possível estabelecer um diálogo capaz de identificar problemas do passado que interferem no presente ou ainda projetar um futuro tendo por base a crítica e indicações de soluções.

De acordo com Horta (2004, p.3) essa tendência é possível se a escola desenvolver o espírito de consciência crítica e de cidadania. A autora também sugere, por exemplo, que sejam utilizados elementos culturais como objeto de estudo a nível curricular, no modelo interdisciplinar e integrado ao processo de ensino-aprendizagem (HORTA, 2005, p. 3), bem como trabalhar assuntos que tenham caráter Transversal.

1. Educação Patrimonial Ambiental como proposta emergente.

O ambiente e os processos educacionais são os objetos de abordagens ambientais que contemplam as tendências de ensino exigidas no século XXI acerca de concepções/representações de ambiente. Surge a nova abordagem: Educação Patrimonial Ambiental (EPA), a qual se constitui como uma proposta emergente.

Essa nova nomenclatura, EPA, passa a ser utilizada pelo grupo de Estudos e pesquisas em educação patrimonial ambiental – GEPAM- do Curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do antigo NPADC- Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico, atual Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará.

O GEPAM passou a ter esse nome desde 2007, porém os estudos iniciaram com a dissertação que discutia a Educação Patrimonial na formação de professores no município paraense, Vigia de Nazaré. O início desta investigação deu-se por conta do pós-graduando ter desenvolvido em Santarém, município Paraense, o TCC que estudava uma metodologia trazida por profissionais que utilizavam a Educação Patrimonial para as escolas preservarem as áreas de florestas. A preservação centrava-se em não desmatar e ao mesmo tempo usar as madeiras caídas na floresta para uso de artesanato, agregando geração de trabalho e renda aos caboclos da região.

A idéia trazida pelo pós-graduando despertou o interesse em preservar mais que ambientes naturais: Preservar e sensibilizar professores a planejar atividades pedagógicas. Novo paradigma para a educação patrimonial passou a ser ponto de interesse nesses estudos. Como os princípios da Educação Ambiental estão lado a lado com a educação Patrimonial no que concerne à preservação de ambientes naturais, culturais, surge a Educação Patrimonial Ambiental, reunindo os princípios de cada um e integrando-os num conceito de educação mais amplo e mais complexo. Agora, não é só educação ambiental, nem só educação patrimonial, mas ambas integram uma nova discussão.

Surge, então, o termo Educação Patrimonial Ambiental (EPA) a partir da minha dissertação de mestrado, tratando de questões ambientais de um ambiente natural – Igarapé da Rocinha - cujo problema ambiental está voltado para apropriação de territórios entendido pelas pessoas sem lugar de habitação, como ambiente desocupado. O problema social é estudado por meio de representação social por crianças.

A Educação Patrimonial Ambiental se caracteriza como uma nova área de estudos em Educação Ambiental principalmente porque se

forma a partir da assimilação recíproca de princípios do construtivismo, princípios da própria Educação Ambiental e princípios da Educação Patrimonial como elementos que evidenciam em seu conjunto as representações naturais, sociais e culturais do ambiente como patrimônio. (OLIVEIRA, 2010, p.43)

2. Caminho percorrido para a construção do conceito da EPA.

Para uma melhor compreensão de como se deu a criação da Educação Patrimonial Ambiental tracei um caminho que percorreu correntes educacionais, com suas respectivas abordagens filosóficas, explorando as condições da Educação Ambiental como tendência emergente no ensino de ciências, e também sobre os fundamentos da Educação Patrimonial. Essas duas concepções de educação cooperaram, em seus aspectos filosóficos e políticos, para a criação da nova concepção – a EPA – que trata o ambiente enquanto patrimônio, mas busca ultrapassar a representação de pertencimento para chegar à representação que considera o ambiente em sua complexidade.

As crianças de uma escola pública foram envolvidas de tal modo que elas perceberam os problemas mais visíveis- problemas de saúde e de falta de educação para com o destino do lixo e resolveram tomar atitudes para buscar soluções para o ambiente considerado pela população. Nas condições conceituais o Igarapé da Rocinha é considerado como patrimônio por ser um espaço de grande valia pela população, já que dele era possível tirar proveito para sustento como alimento e para o trabalho por servir de navegação em tempos remotos e também por estar sendo apelado por uma grande população para que seja recuperado.

A partir desse trabalho desenvolvido, o tema Educação Patrimonial Ambiental teve sua continuidade em outras três dissertações defendidas no mesmo Instituto – IEMCI- da Universidade Federal do Pará, criando-se um Grupo de Estudos em Educação Patrimonial Ambiental – o GEPAM - com pesquisa que cada vez mais vem aprofundando as discussões teórico-metodológicas. A intenção de fortalecer tal conceito está sustentada por sua relevância, através da aplicabilidade de metodologias durante as pesquisas realizadas em Vigia em diferentes ações.

O GEPAM passou a manter um intercâmbio educacional e científico com o Município de Vigia de Nazaré, e por conta disso, fortalece-se a constituição de um grupo que estuda o Ambiente na perspectiva da Educação Patrimonial.

Esta nova perspectiva da Educação Ambiental utiliza a teoria das Representações Sociais em estudos sobre os ambientes educacionais, que variam desde os contextos formais (escolares) até os não-formais (extra-escolares).

A característica principal da Educação Patrimonial Ambiental – EPA - é estudar aspectos culturais integrados às noções ou questões ambientais visíveis ou previstas, e também sensibilizar os mais variados grupos sociais para a compreensão do Ambiente como Patrimônio no sentido de ser preservado e (re) construído, considerando que o ambiente é patrimônio das gerações atuais e futuras da humanidade e dos outros seres vivos.

Para SANTOS(2010, p.43) a construção da EPA obedece duas situações cotidianas fundamentais na experiência dos grupos sociais: 1. O ambiente é um complexo social, o qual estabelece uma relação de dependência mútua com seus seres vivos para a sua perpetuação. 2. Ambiente como complexo social possibilita o resgate e a valorização da cultura e da história das comunidades, no sentido da preservação e perpetuação do patrimônio ambiental..

A compreensão das pesquisas realizadas pelo GEPAM tem direcionado outras investigações que aprofundam concepções, percepções, imagens, noções e idéias de vários segmentos sociais no meio educacional, e também serve de base para as atividades e práticas sociais desenvolvidas no contexto escolar.

A perspectiva socioambiental presente na Educação Patrimonial Ambiental representa o que Carvalho (2006, p. 61) denomina de *a ponte entre ecologia e lutas populares, tornando possível uma maior visibilidade e legitimação destas lutas no conjunto da sociedade e um enraizamento popular da luta ecológica enquanto luta cidadã.*

Neste sentido, é grande o potencial de contribuição da Educação Patrimonial Ambiental para a construção de sociedades responsáveis e justas em relação ao seu desenvolvimento econômico de tal sorte que o desenvolvimento seja sustentável. Na Educação Patrimonial Ambiental valorizam-se as memórias, as narrativas, as histórias

orais como objeto de análise entre o que o sujeito pensa, age e percebe, por exemplo, acerca de mudanças de determinada questão ambiental, a exemplo de se conhecer vários aspectos que envolvem a degradação de determinado ambiente provocado pela ação humana.

As investigações, portanto, apontam para o cuidado que os seres humanos devem ter de modo que a preservação ecológica, cultural e socioambiental seja assegurada por uma educação crítica, incentivadora de responsabilidades das comunidades escolares e não escolares para proteger seu ambiente-patrimônio.

A Educação Patrimonial Ambiental tem por objetivo ser parte integrante na formação de sujeito ecológico, na formação de uma consciência crítica e emancipatória ambiental, colocando sob a ótica de ser humana a responsabilidade da equidade ambiental oriundas das ações-reflexões acerca do ambiente.

Motivos essenciais que levam para a Educação Patrimonial Ambiental

Ao estudar as representações sociais de estudantes das séries iniciais de uma escola pública no município de Vigia de Nazaré no Pará de um ambiente natural - o Igarapé da Rocinha -, verificaram-se possibilidades de mudanças de comportamento nas crianças e professores quanto à valorização do ambiente natural e o novo significado que o Igarapé da Rocinha passou a ter na vida cotidiana deles, quando participavam ativamente de práticas educativas escolares diferenciadas.

Dentro de uma alternativa pedagógica para o ensino através da Educação Patrimonial Ambiental, destacou-se aqui a importância da aula-passeio, a qual teve como propósito proporcionar ao aluno a realização de um trabalho prático/concreto real, inserindo esta atividade no contexto de experiência de vida do aluno e possibilitar o aprendizado mais significativo.

Para OLIVEIRA, (2010, p.41)

...na Educação Patrimonial Ambiental, o professor age e reflexiona com os alunos como epistemólogos de si mesmos na produção de novos conhecimentos relativos ao conceito de patrimônio ambiental. Quando os sujeitos estudam e pensam criticamente sobre o conhecimento como algo que é seu e de todos,

como na noção de ambiente-patrimônio, buscam a consciência de como foi e continua sendo constituído, qual a sua validade intersubjetiva, qual foi seu processo histórico e o porquê deste e de outros conhecimentos utilizados no contexto cotidiano escolar e da comunidade.

A articulação transversal da EPA no ensino de ciências em atividades semelhantes possibilitou a religação de saberes isolados. O sujeito sai da realidade imaginária, ao mesmo tempo facilitando a re-significação, possibilitando, no caso das crianças, exercer a cidadania desde cedo, onde elas poderão perceber que um simples comportamento ou um fato local pode se estender a dimensões universais. Penso que tal comportamento seja resultado de uma Educação que leve a motivar e sensibilizar as pessoas para a defesa da vida, do ambiente, do patrimônio ambiental.

O educador, na função de mediador auxilia a construção de saberes ambientais e poderá usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito de natureza, de ambiente social, ambiente ecológico. Nesse contexto entendo, que a educação patrimonial ambiental na condição de compreender um quadro de crescente degradação socioambiental pode influenciar na modificação da situação real, posto que esta educação ajuda a formar a consciência ambiental para desenvolver atitudes de caráter de preservação, de sustentabilidade sócio-ambiental.

As práticas educativas precisam ser articuladas e compromissadas com a sustentabilidade e a participação, apoiadas numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas do saber (McLaren, 2006). Daí a importância de cada vez mais re-pensar as atuais políticas de educação ambiental e os princípios que regem a educação patrimonial, já que ambos estão voltados para práticas educativas de preservação de ambientes quer seja natural, sócio-cultural, sócio-ambiental, histórico-cultural etc.

A realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isso se produz na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias diante da reaproximação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre os saberes. (Silva, 2007).

Nas pesquisas de Moscovici incluem-se partes da sua própria história de vida, testemunhando a opressão do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial. Algumas questões se tornaram fundamentais para que ele pudesse iniciar seu pensamento sobre as representações sociais, tais como: por que a fé move montanhas? Como é possível que os seres humanos se mobilizem a partir de algo que aparentemente supera a razão? Como é possível que sejam conhecimentos práticos a base para que eles vivam suas vidas?

As respostas para essas perguntas vieram com o desmonte de antigas divisórias conhecidas da ciência psicológica: a fronteira entre razão e senso comum, razão e emoção, sujeito e objeto. As representações sociais desmistificam estas fronteiras e explicam que *“a realidade é socialmente construída” e o saber é uma construção do sujeito, mas não desligada da sua inserção social* (ARRUDA,2002:130), o que, a meu ver, parece ser coerente interpretar os fenômenos sociais e educacionais associados ao pensamento, ou o senso comum ao pensamento racionalmente interpretado à luz das teorias científicas.

A representação social constitui-se em uma forma de conhecimento individual que só ocorre com “o outro”, no momento em que ocorre a interação social. As representações sociais dizem respeito ao universo de opiniões construídas, reelaboradas e redimensionadas pelos indivíduos, em relação a um determinado objeto social, de acordo com a história de vida de cada um (MOSCOVICI, 1978).

De acordo com Castro (2004:41), *ao entendermos representação social como algo construído socialmente, deveremos interpretá-la como um fenômeno dinâmico, que se (re) constrói no cotidiano. Ou seja, as representações sociais podem transformar-se, tornando-se uma importante questão de investigação no momento em que possibilita explicar o comportamento dos indivíduos, seus relacionamentos com o mundo, suas histórias, suas memórias.*

A história de um povo faz parte de seu contexto. Não há cidadania sem história ou trajetória, nem comunidades sem tradições. Não há povo sem ter o que contar, sem cultura, despojado de raízes. Quando o passado é “enterrado”, deixa de ser “lembrada” parte, dificultando compreender o presente e tampouco pensar num futuro. Diante desse raciocínio, preservar um ambiente é parte da preservação, também, de sua memória.

Memórias, segundo Pollak (1992:20), são *os acontecimentos vividos pessoalmente e “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.*

Muitas vezes as pessoas não participaram desses acontecimentos, mas na sua imaginação foi de tal relevância que se torna quase impossível saber se realmente participou dele ou não. Para o mesmo autor, *é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identidade com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada.*

As várias situações em que o homem se enquadra, na sua individualidade ou falando, trazem à sua mente registros que permanecem nela em graus de importância, mostrando os diferentes elementos dessa memória, bem como os fenômenos de projeção e transferência que podem ocorrer dentro dessa memória individual ou coletiva.

Na questão da educação patrimonial ambiental, não podemos menosprezar a memória existente no contexto sócio-ambiental, pois ela está inserida na coletividade, faz parte do ambiente em questão, sendo fundamental o seu conhecimento para o desenvolvimento de determinada sociedade.

A memória enquanto campo de investigação foca-se na perspectiva de entendê-la como vestígio, como registro que se constrói e se reconstrói na multiplicidade da experiência humana. É, portanto, suporte para a construção da História e para definição da identidade tanto individual quanto coletiva. (LUPORINI,2002).

Ainda para Luporini, a memória se constrói através de lembranças do vivido, as quais são construídas no convívio social, nas relações sociais, seja no espaço familiar, laboral, seja no espaço do lazer, da religiosidade. Elas, porém, só passam a ter seu significado se articuladas à perspectiva de “pertencimento” a determinado grupo social. Por essa perspectiva é que a memória sobrevive, mesmo com o desaparecimento do indivíduo, porque quem a sustenta é o grupo, e as relações sociais que lhe dão sentido e direção.

Desta feita a memória de um sujeito ou de um grupo pode ser utilizada como objeto de estudo e conhecimento sobre a comunidade onde está inserido, e a questão relacionada à temática/memória tem o poder de aproximação com o cotidiano do mesmo. Nesse sentido, a Educação Patrimonial-Ambiental não só leva em consideração

“conhecer para preservar” ou “preservar para conhecer”, como ao desenvolvimento de atitudes cidadãs de respeito e de cuidado com o “todo” que rodeia o sujeito. Ao mesmo tempo, o sentido de educação direciona para percepção e compreensão do conceito de ambiente, de sujeitos/indivíduos e de mundo/planeta terra.

A concepção patrimonial-ambiental, portanto, remete-nos a um pensamento do contexto e do complexo defendido por Morin (2002), pois se trata de buscar as relações e a inseparabilidade entre qualquer fenômeno e seu contexto, na tentativa de tornar pertinente o conhecimento, que até então tem sido fragmentado e simplificado.

O conhecimento sobre o ambiente a ser estudado e sua complexidade aponta para a importância do trabalho em um ambiente natural para mudanças de valores e posturas em relação à natureza, destacando a Educação Patrimonial-Ambiental como um processo onde atitudes serão transformadas para se obter melhorias da qualidade de vida de uma comunidade.

A proposta da Educação Patrimonial Ambiental aponta para uma educação livre de títulos, essencialmente complexa, que perceba a importância da relação conhecimentos e valores, entre razão e emoção, entre o homem e o ambiente, entre corpo e mente. De acordo com Seniciato e Cavassan (2003:55), se esses forem os pressupostos básicos da educação, ela será a um só tempo, ambiental, humana e social, pois todas deveriam constituir qualidades - e não qualificações – da educação.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias do gênero. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 127 – 147, novembro-2002.

BARROS, Jeusadete Vieira e SILVA, Maria de Fátima Vilhena da. Educação Patrimonial Ambiental – O Olhar dos Estudantes de Vigia de Nazaré – Pará, Sobre o Igarapé da Rocinha. <http://ihab.itarget.com.br/2006/iniciativas/02/2007/>

CASTRO, Sinaida Maria Vasconcelos de. Representação Social de Ciência de estudantes do ensino fundamental da rede municipal de Belém. Belém:[s.n], 2004

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.



HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação Patrimonial. Disponível em: <http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ep/tetx11.htm>. Acesso em: 27/12/2006

LUPORINI, Tereza Jussara. Educação e Memória: registros e linguagens. Araucárias: Revista do Mestrado em Educação da FACIPAL/Faculdades Integradas de Palmas – Vol. 1, Edição Especial – Palmas: Editora Imprevél, 2002-Semestral

(MOSCOVICI, Serge. A Representação Social da Psicanálise. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Zahar, 1978).

MORIN, Edgar. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. Trad. Almeida, Maria da Conceição e Carvalho, Edgar de Assis. São Paulo: Cortez. 2002.

OLIVEIRA, Rômulo José Fontenele. Alcances, possibilidades e impactos de metodologias em educação patrimonial ambiental / Rômulo José Fontenele Oliveira, orientadora Profa. Dra. Maria de Fátima Vilhena da Silva. – 2010.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social** -Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Seniciato e Cavassan (2003:55),

SANTOS, Ariwilson Gomes dos Santos. Representação social de ambiente por professores e estudantes em diferentes contextos Educacionais/Ariwilson Gomes dos Santos, orientadora Profa. Dra. Maria de Fátima Vilhena da Silva. – 2010.

SENICIATO, T.; CAVASSAN, O. Para além da razão: reflexos sobre o papel das emoções e das aulas de campo em ambientes naturais no ensino de ciências e em Educação Ambiental. São Paulo: Escrituras, 2003.

SILVA, Luiz Rocha da. Impacto da Educação Patrimonial na Formação de Professores do Município de Vigia de Nazaré/Luiz Rocha da Silva; Orientadora, Maria de Fátima Vilhena da Silva – Belém, 2007